

AVISO

Processo n.º 40/02-01 (2012)

Conforme o ponto 9.1.2 do Aviso de abertura de vários procedimentos concursais comuns com vista ao recrutamento excecional de trabalhadores, para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o preenchimento de 6 (seis) postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Peniche para o ano de 2012, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 152, de 7 de agosto de 2012, Aviso n.º 10606/212, e em cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 9.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública, a Legislação Específica necessária à preparação dos temas indicados no ponto 9.1.1 do Aviso de abertura sobre os quais incidem as Provas de Conhecimentos Escritas, a qual, sendo de consulta não poderá conter qualquer anotação, nos seguintes termos:

REF.º D) – 1 (um) Lugar na Carreira e Categoria de Assistente Técnico (Secção de Taxas e Licenças e Apoio aos Órgãos Municipais)

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:

REF. D)

Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro - Aprova o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais;

Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de março, complementado pela Portaria n.º 659/2006, de 3 de julho - Princípios Gerais de ação a que devem obedecer os serviços e organismos da Administração Pública na sua atuação face ao cidadão;

Decreto-Lei n.º 309/2002 de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro - Regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos;

Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de dezembro - Diploma que regula o regime jurídico do licenciamento, do exercício e da fiscalização das atividades de guarda-noturno, venda ambulante de lotarias, arrumador de automóveis, realização de acampamentos ocasionais, exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão, realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos públicos em agências ou posto de venda, realização de fogueiras e queimadas, realização de leilões;

Decreto-Lei n.º 42/2008 de 10 de março - Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam;

Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio - Estabelece um novo regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais;

Portaria n.º 153/96, de 15 de maio - Aprova o horário de funcionamento das grandes superfícies comerciais contínuas;

Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, na sua atual redação - Estabelece o regime do licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados;

Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, na sua atual redação - Regula a instalação e o financiamento de recintos de espetáculos;

Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro - Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora;

Decreto-Lei n.º 122/79, de 8 de maio, na sua atual redação - Regulamenta a venda ambulante;

Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17 de julho - Aprova o regime de declaração prévia a que estão sujeitos os estabelecimentos de comércio de produtos alimentares;

Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril - Simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero»;

Portaria n.º 215/2011, de 31 de maio - Estabelece os requisitos específicos relativos a instalações, funcionamento e regime de classificação aplicáveis aos estabelecimentos de restauração ou bebidas.

Peniche, 08 de agosto de 2012

A Presidente do Júri - Dr.ª Josselene Cristina Oliveira Nunes Teodoro.

Josselene Nunes Teodoro